



O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EJA: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE A DISCIPLINA

Clara Maduell Gómez*

RESUMO:

Este artigo é um recorte de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Sociais. Resultado de experiências do Estágio docente obrigatório realizado nos anos finais do Ensino Fundamental da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS. Aqui abordo a visão que alunos de têm do ensino da Sociologia e de possíveis efeitos das discussões realizadas por essa disciplina em seus cotidianos.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Educação de Jovens e Adultos; Colégio de Aplicação da UFRGS.

ABSTRACT:

This article is an excerpt from my research of the Degree in Social Sciences. Result of experiences of the compulsory teaching at the final classes of Elementary School from EJA of College of Application of the Federal University of Rio Grande do Sul. Here I approach the students' view have about the teaching of sociology, and the possible effects of the discussions held by this discipline in their daily lives.

KEYWORDS: Sociology; Youth and Adult Education; UFRGS College of Application.

* Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais – UFRGS, Mestre em Antropologia Social –UFPEl

Introdução

A lei 11.684 de 2008 (BRASIL, 2008) impõe o ensino de Sociologia no Ensino Médio em todas as escolas brasileiras. E, atualmente, mesmo com essa obrigatoriedade, a indefinição acerca do seu papel paira sobre o mundo acadêmico e sobre a escola. Não há um consenso quanto à defesa da Sociologia no Ensino Médio (ANTUNES, DE OLIVEIRA, 2017). Ela ainda não parece firmada dentro dos estabelecimentos de ensino, pois são oferecidos, normalmente, apenas 45 minutos da disciplina uma vez por semana. Com regularidade, ocorrem debates sobre sua retirada da base curricular. No Ensino Fundamental, a disciplina não é obrigatória.

Particularmente, acho interessante que a matéria seja instruída a partir do Ensino Fundamental, eis que a Sociologia trata da sociedade e suas regras de funcionamento. O estudo dessa ciência introduz noções sobre situações cotidianas e pode auxiliar na ampliação da consciência, colaboração e responsabilidade dos pequenos. Assim, desde cedo, a criança vai aprendendo a ser cidadã, pois já começa a detectar as engrenagens existentes no contexto social em que vive. Ao entender a dinâmica da sociedade enquanto indivíduo fica mais fácil perceber-se e ajustar-se ao meio que se está inserido.

Em nossa sociedade contemporânea capitalista e individualista, é necessário que, desde tenra idade, sejam assimilados valores de cooperação e cidadania na rede de ensino para formar cidadãos mais democráticos. O papel da escola é, justamente, desenvolver, no indivíduo, uma personalidade democrática e dar base para encarar os desafios sociais (MANNHEIM, 1972).

Mas, se há uma dívida com o ensino de Sociologia no Ensino Fundamental Regular, voltado a crianças e adolescentes, o que resta para o currículo do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos – EJA? O presente trabalho, para além do estudo da disciplina de Sociologia, tem seu foco na modalidade da EJA. De acordo com a Lei 9.394/96, referente a Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN -

(BRASIL, 1996), a Educação de Jovens e Adultos passa a ser uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental Médio, usufrui de uma especificidade própria e deve receber um tratamento consequente.

A LDBEN (BRASIL, 1996) garante o direito à Educação de Jovens e Adultos, destinada àqueles que não tiveram, na idade apropriada, acesso ou continuidade de aprendizagem no Ensino Fundamental ou Médio. Esses cursos têm particularidades e podem ser realizados na etapa do Ensino Fundamental pelas pessoas com 15 anos ou mais e na etapa do Ensino Médio por aquelas com 18 anos ou mais. A modalidade oportuniza as pessoas o retorno à escola e a finalização do curso num tempo mais reduzido do que praticado no Ensino Regular. Normalmente, um ano escolar é abreviado num único semestre.

Este artigo é um recorte de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Sociais, orientado pelo professor Evandro Alves. Essa pesquisa foi resultado de experiências dos dois Estágios docentes obrigatórios da graduação, feitas em docência compartilhada com o colega Jorge Scola, mas mais especificamente vinculada ao segundo estágio, feito no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAp/UFRGS, doravante CAp), situado no Campus do Vale - Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43815, no bairro Agronomia, também em Porto Alegre.

Pretendi, através do trabalho, compreender de que maneira os educandos absorvem a disciplina de Sociologia. Meu problema de pesquisa foi: Qual a importância do ensino de Sociologia para os matriculados do Ensino Fundamental da EJA? Esses alunos estabelecem relações entre os conhecimentos trabalhados nesta disciplina e seu cotidiano? O objetivo geral do estudo foi compreender as visões que alunos de Ensino Fundamental da EJA do Colégio de Aplicação da UFRGS têm do ensino da Sociologia e de possíveis efeitos das discussões realizadas por essa disciplina em seus cotidianos.

Achei muito interessante o Colégio de Aplicação dispor a disciplina de Sociologia nos anos finais do Ensino Fundamental. Como já dito, lecionei junto ao colega de curso Jorge nas turmas F3, F4, F5 e F6 da EJA noturno, que corresponde respectivamente ao 6º, 7º, 8º e 9º anos. Dado ao fato de que são poucos os alunos matriculados, o CAp agregava dois anos em uma turma, formando, assim, duas classes (F3 e F4 / F5 e F6). Iniciamos o estágio com os dois grupos distintos e que,

posteriormente, devido à evasão e ao baixo número, foram também unificados. Ou seja, na metade do semestre, passamos a ter uma só turma constituída por matriculados nos quatro anos finais do Ensino Fundamental.

O perfil da EJA no Colégio de Aplicação da UFRGS é bastante heterogêneo. A maioria dos integrantes da turma é de trabalhadores de serviços gerais e de classe média baixa. Durante os anos 2018 e 2019, o Ensino Fundamental contou 38,8% de jovens (até os 29 anos - conforme o Estatuto da Juventude, Lei N° 12.852/2013), 50,7% de adultos (dos 30 aos 59 anos) e 10,4% de idosos (a partir dos 60 anos de acordo com o Estatuto do Idoso, Lei N° 10.741/2003), ou seja, pessoas de idades mais avançadas convivem com jovens de 18 anos recém-feitos. Apesar da lei permitir que a EJA Fundamental seja frequentado por matriculados a partir de 15 anos, no Colégio de Aplicação, ficou determinado a idade de 18 anos tanto para o acesso ao Médio quanto ao Fundamental. Isto porque ao acessar o Fundamental com 15 anos e concluí-lo, alguns alunos enfrentavam um vácuo até completar 18 e poder ter acesso ao ensino Médio, provocando muitas vezes uma nova evasão.

E, 58,2 % dos estudantes são do sexo masculino que, além de ingressar em maior número, também têm mais facilidade para se manterem no curso (PAVEI, 2019). Essa constatação foi sinalizada em outro trabalho sobre uma experiência pedagógica realizada no CAp/UFRGS:

Percebemos que, a múltipla jornada diária (marcada pelos afazeres domésticos, as responsabilidades com os familiares, o trabalho externo e os estudos) é a principal razão para a evasão escolar das alunas mulheres. Por ser da EJA, novamente essa estudante é retirada da escola, mantida na condição de “trabalhar para alguém”, “cuidar de alguém”, “organizar e limpar por/para alguém”, entre outros. (PAVEI e MELLO, 2018, p. 8).

Como se trata de classe popular, alguns dos jovens e adultos da EJA estão em um contexto de miséria, exploração e desumanização. Esses fatores levam à evasão escolar. O quadro sócio-educacional seletivo continua a reproduzir excluídos dos Ensinos Fundamental e Médio, mantendo adolescentes, jovens e adultos sem escolaridade obrigatória completa (JAMIL CURY, 2000). A necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, cuidar dos filhos e as repetências, entre outros, são motivos da evasão anterior.

Introduzir e aproximar estudantes jovens e adultos dos anos finais do Ensino Fundamental à Sociologia é um desafio e uma tarefa de grande responsabilidade. Trata-se do primeiro contato deles com a disciplina, depois de largo tempo separados dos bancos escolares. Os alunos têm histórias truncadas de evasão: se afastaram ou foram afastados das classes, alguns há dois, outros há mais de 30 anos. E, os de idades mais avançada, talvez nunca tenham tido contato com Sociologia como disciplina escolar (ainda com o agravante da maioria dos colégios não contar com a Sociologia no Ensino Fundamental).

A EJA proporciona a possibilidade de desenvolvimento de todos os indivíduos, de todas as idades. E, o ensino da Sociologia é uma eficiente ferramenta de emancipação, pois propicia meios de desconstruir ou direcionar pensamentos, o que é importante no processo de transformação da sociedade. Dessa forma, ao compreender o mundo que lhes aparece e suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas sim como uma realidade em transformação, em processo; os alunos têm a oportunidade de aprender teorias e podem colocá-las em prática exercendo o pensamento crítico.

Segundo Florestan Fernandes (1974), o ensino de Sociologia seria imprescindível para a formação do indivíduo, tornando-o capaz de compreender os problemas da sociedade e principalmente, estar hábil a agir criticamente. Em suma, o aprendizado de Sociologia nas escolas ajudaria a viabilizar a participação democrática das camadas mais pobres da população no desenvolvimento social. O papel do ensino da Sociologia, então, é despertar nos estudantes a reflexão crítica voltada para a cidadania. Mas, será que ela de fato exerce esse papel? Pretendi responder essa questão através das manifestações dos próprios alunos acerca da disciplina. A partir do entendimento sobre como os alunos percebem as aulas de Sociologia é possível ter um norte para que se possa planejar aulas mais dinâmicas, interativas e interessantes para o público jovem/adulto.

Para além do objetivo principal, o trabalho também me ajudou a compreender qual a importância da Sociologia para esses estudantes; captar o que eles pensam sobre a retirada da disciplina da base curricular do Ensino Médio, verificar se avaliam que ela também deveria ser obrigatória no Fundamental e analisar se a assimilação da Sociologia influencia na formação dos jovens e adultos como cidadãos. Creio que é importante

coletar dados sobre a opinião dos próprios alunos a propósito do ensino da matéria e o parecer deles sobre a contribuição da disciplina para a sua formação como cidadãos. E, assim, ter uma base para, em sala de aula, lecionar a Sociologia de formamais atrativa para adultos.

Somado a isso, a pesquisa foi relevante pelo seu ineditismo, tendo em vista que não se encontrou, na revisão de literatura, estudos específicos sobre Sociologia no Ensino Fundamental da EJA. É possível encontrar alguns trabalhos (poucos!) abordando a disciplina nessa modalidade no Ensino Médio, eis que, nessa fase, ela é obrigatória, e no Ensino Fundamental, então, há uma carência absoluta de estudos sobre o tema.

Para dar conta do que me propus, utilizei o método de pesquisa qualitativo. A avaliação qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. Empreguei o Estudo de Caso, que é o conhecimento de uma unidade social que se examina profunda e intensamente. Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real, onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

Assim, o Estudo de Caso possibilita entrar na realidade desse grupo social. A clara necessidade pelos Estudos de Caso surge do desejo de compreensão de fenômenos sociais complexos. Resumidamente, o Estudo de Caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real (YIN, 2005).

Porém, como afirma Cláudia Fonseca (1998), nossos modelos sempre serão uma simplificação grosseira da realidade. E nunca podemos prever de antemão que o molde que construímos seja a “chave da compreensão” ou sequer relevante quando lidamos com casos específicos. O estudo de caso deve, sim, ser trabalhado a forma de hipótese, a ser testado ao lado de outras possibilidades. Serve para oferecer uma alternativa, para abrir o leque de interpretações possíveis, não para fechar o assunto ou criar novas formas dogmáticas. No caso, trata-se, então, de uma análise exploratória, levando em conta que, praticamente, não há bibliografia disponível sobre o ensino da

Sociologia no Ensino Fundamental e, menos ainda, no Ensino Fundamental de Jovens e Adultos.

Além disso, utilizei a observação participante, considerando que estagiei durante seis meses com meus interlocutores. A observação participante objetiva o contato direto com o universo abordado. Ela oferece uma aproximação entre pesquisador e pesquisados, impondo um deslocamento da cultura do investigador para se situar no interior do fenômeno observado, inserindo-o assim na comunidade. Assim, o pesquisador não apenas observa e questiona, mas participa das atividades do grupo.

Outro instrumento na produção de dados para o estudo foi o questionário. Minhas questões norteadoras para trabalhar com os alunos da turma foram: Como você percebe o ensino de Sociologia? Qual a importância da disciplina para você? Pretendi coletar os dados, através de perguntas objetivas e dissertativas, analisá-los e relacioná-los com a teoria da Educação e da Sociologia disponíveis. De acordo com Antônio Carlos Gil (1994), o questionário é uma das mais importantes técnicas disponíveis para a obtenção de dados nas pesquisas sociais. É uma técnica de investigação composta por questões apresentada por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, interesse e situações.

E, assim, no cotejo entre pesquisas bibliográficas e respostas ao questionário, o estudo buscou delinear características dos retornos às questões de pesquisa a partir do material empírico, situando sujeito respondente em um contexto histórico e social. Outra estratégia de investigação empreendida foi entrevistar a professora titular de Sociologia responsável pelo Ensino Médio e pelos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade EJA. A intenção foi analisar como ela avalia o interesse desses alunos. Essa é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado fazendo perguntas, com o objetivo de obter dados que facilitem a investigação (GIL, 1994). É uma forma de interação social e de diálogo onde eu obtive informações acerca do que a educadora sabe e sente sobre o ensino da disciplina.

Para além da apresentação, este artigo está dividido em três partes; na primeira abordo um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e dentro do Colégio de Aplicação, evidenciando também quais são as funções da EJA; na segunda, trato de analisar o interesse dos alunos pela disciplina. Na terceira, estão as considerações finais da pesquisa.

Breve histórico da EJA

Segundo Fernanda Caldeira (2008), em todo o mundo, o maior desenvolvimento humano, a redução de desigualdades e a qualificação popular de uma nação são resultados da preocupação do Estado com o fim do analfabetismo. Ou seja, sujeitos alfabetizados teriam uma melhor inserção no mercado de trabalho, o que potencializaria o bem-estar social.

O analfabetismo tem associação direta com as condições de pobreza dos povos e países. Então, os investimentos em Educação ocupam papel central no progresso social. Assim, nações com maior desenvolvimento são as que apostaram mais na escolarização do seu povo. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos pode ser apontada como mecanismo eficaz para a redução da exploração e pobreza nos países mais pobres.

Portanto, deve-se ter em mente que a Educação de Jovens e Adultos não foi criada apenas para dar escolaridade a essas faixas etárias, mas também para reestruturar e corrigir uma sociedade moldada pela opressão e pela discriminação durante muitos séculos. De acordo com Maria Clara Di Pierro (2008), o desenho atual da educação de pessoas jovens e adultas – EPJA – na América Latina e no Caribe responde, de um lado, a certos processos sociodemográficos, econômicos, políticos e educativos que marcaram o continente na segunda metade do século XX e, de outro, a desafios que a transição do milênio colocou.

Durante o século XX, observou-se uma transição demográfica nos países latinos em que a redução da mortalidade, combinada à manutenção de elevadas taxas de natalidade, intensificou o ritmo de crescimento populacional, levando à preponderância de jovens no conjunto da população. No final do milênio, entretanto, a diminuição dos índices de natalidade impulsionada pela mudança nos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade e na família, associada à elevação da expectativa de vida, modificou o perfil de idade da população com tendência ao

predomínio de adultos na maioria dos povos dessa região. Esse novo perfil etário, junto ao processo de redefinição da posição social das mulheres, o êxodo do campo para as cidades e a concentração populacional nas grandes metrópoles, tem importantes repercussões na configuração das famílias, no mercado de trabalho e na demanda por serviços sociais como saúde, educação e previdência social.

A EJA é uma categoria estabelecida para, conforme o parecer Jamil Cury (BRASIL, 2000), reparar uma dívida histórica decorrente da desigualdade social e educacional do Estado Brasileiro para com jovens e adultos que construíram a riqueza da nação e que foram subtraídos em seu direito à Educação.

Segundo Di Pierro, Joia, e Ribeiro (2001), no Brasil, não houve interesse da elite colonial latifundiária e industrial em construir uma sociedade igualitária e a EJA tem uma trajetória histórica de ações descontínuas, uma série de programas fragmentados e episódicos, a forma de “campanhas” destinadas à Educação Básica e à alfabetização, muitas vezes não caracterizadas como escolarização formal.

Conforme os autores, a menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos como na breve Constituição de 1934, mas se constitui como tema de política educacional sobretudo a partir dos anos 1940. Os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola se expressou em várias ações e programas governamentais nas décadas de 1940 e 1950.

Ainda de acordo com os autores, tais campanhas instauraram, no Brasil, um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas consequências psicossociais; porém não se chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos, nem um paradigma pedagógico próprio para esse padrão de ensino. Para os autores, isso só aconteceu no início dos anos 1960, quando Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos com graus variados de ligação com o aparato governamental. Freire foi encarregado de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA) a convite do Presidente João Goulart e do Ministro da Educação Paulo de Tarso Santos e previa a instalação de 20 mil círculos de cultura que alfabetizariam dois milhões de pessoas.

O paradigma pedagógico propunha a centralidade no diálogo como princípio educativo e a aceitação, por parte dos educandos adultos, de seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo. Contudo, essas experiências acabaram por se desestruturarem sob a violenta repressão. Esse projeto foi abruptamente interrompido com o golpe cívico-militar de 1964.

Ainda seguindo os apontamentos de Di Pierro, Joia, e Ribeiro (2001), em 1969, no contexto do regime militar, o Governo Federal criou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), programa nacional voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas de adultos em todas as regiões do país. Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985, dando lugar a Fundação EDUCAR que apoiava as iniciativas de alfabetização existentes. Essa fundação representou a continuidade do Mobral adotando algumas mudanças significativas, tais como a sua subordinação à estrutura do Ministério da Educação - MEC e a sua transformação em órgão de fomento e apoio técnico, ao invés de instituição de execução direta.

A Lei Federal 5692 de 1971 constituiu o então denominado ensino de primeiro grau, estendendo a escolaridade obrigatória de 4 para 8 anos. Concomitantemente, estabeleceu, pela primeira vez na história, um capítulo específico regravando ações de educação para pessoas jovens e adultas: o capítulo IV que versava sobre Ensino Supletivo. Distinguiu-se ali as várias funções dessas ações: a suplência – relativa à reposição de escolaridade –, o suprimimento – alusiva ao aperfeiçoamento ou atualização –, a aprendizagem e a qualificação – referentes à formação para o trabalho e profissionalização.

O mais importante atendimento educativo disposto nessa lei àqueles que não haviam realizado ou completado a escolaridade obrigatória na idade apropriada foi a flexibilidade. Havia possibilidade de organização do ensino em várias modalidades: cursos supletivos, centros de estudos e ensino à distância, entre outras (DI PIERRO, JOIA, RIBEIRO, 2001). A lei, então, dispôs as regras para o provimento de Educação Supletiva, mas apesar de reconhecer a Educação de Jovens e Adultos como um direito à cidadania, limitou o dever do Estado quanto à escolaridade obrigatória à faixa etária de 7 a 14 anos (HADDAD, 2006).

O direito mais amplo à Educação Básica só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988 como resultado da mobilização de diversos setores progressistas que lutaram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres. A Constituição demarcou avanço ao ampliar o dever do Estado para todos aqueles que não têm escolaridade básica, independente da idade. Destinou ainda 50% dos recursos de impostos vinculados ao ensino para combater o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental (HADDAD, 2006).

O governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso iniciou as ações que desresponsabilizam o Estado da Educação de Jovens e Adultos e remeteu para a iniciativa privada e para a filantropia a responsabilidade de atendimento. Assim, em 1996, uma emenda à Constituição desobrigou o Estado de uma ação convocatória e mobilizadora no campo da Educação para o atendimento do Ensino Fundamental a jovens e adultos. Foi mantida apenas a garantia da gratuidade.

A década de 90 não foi muito benéfica para a EJA devido à falta de políticas e de apoio do governo que contribuiu para o fechamento da Fundação Educar. Porém, a União incumbiu aos estados e municípios a responsabilidade do ensinamento desse público e a se engajarem na iniciativa de Educação de Jovens e Adultos firmando parcerias com ONG's, universidades e grupos populares. Através de Fóruns Estaduais, a partir de 1997, a história da EJA começa a ser registrada no intitulado "Boletim da Ação Educativa".

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 9394/96, em sua seção V, artigos 37 e 38, reafirma a obrigatoriedade e a gratuidade da oferta da Educação para todas as pessoas que não tiveram acesso à escola na idade considerada adequada. Foi a primeira seção específica na Legislação educacional brasileira que tratava, não de uma ação supletiva, mas de uma Educação de Jovens e Adultos, com desdobramentos em outras normativas que viriam a abordar essa nova modalidade da Educação Básica.

No ano 2000, sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, foi aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também, no mesmo ano, foi homologada a Resolução nº 01/00 – CNE.

Esse parecer é um trabalho realizado por Jamil Cury como relator na Câmara de Educação Básica (CEB) das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Foi construído depois de ouvidas as representações dos órgãos normativos e executivos dos sistemas e várias entidades educacionais, além de associações científicas e profissionais da sociedade civil de todo o país. Ao reunir as informações, sugestões, críticas e propostas provenientes destas amplas consultas que atingiram desde os aspectos administrativos até os de fundamentação teórica; a CEB, com o apoio do MEC, elencou os fundamentos para elaborar o parecer (BASTOS; SANTOS; IRRIBAREM; SANTOS, 2016).

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do Governo Federal. E para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo e o Programa Brasil Alfabetizado. A meta era erradicar o analfabetismo e dar expansão para o aprendizado profissional durante o mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

O compromisso do Estado com a Educação Pública obrigatória e gratuita manteve-se sempre no Ensino Fundamental e os outros níveis de educação foram sendo assumidos pela iniciativa privada. Segundo Adriana de Almeida e Angela Maria Corso (2015), ao Estado cabe assegurar a oportunidade e, para a aprendizagem, serve qualquer instância, seja pública ou privada. Nessa lógica, o Estado, garante o apoio e aniquila como problemática a histórica desigualdade social das classes antagônicas. O que se presencia, a partir de 2003, é um investimento mais intensificado na Educação Profissional e as iniciativas privadas se beneficiando.

A EJA no colégio de aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A origem do CAp/UFRGS se reporta a um Decreto Federal nº 9053 de 1946, realmente efetivado em 1954, em meio a um clima de efervescência política – vitória eleitoral do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), crescimento de movimentos reivindicatórios, o final da “Era Vargas”, a industrialização do país, o retorno de Vargas ao poder (1951-1954) e, por fim, crise política e econômica – e segue dentro da proposta desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O Colégio foi fundado pela professora

Graciema Pacheco como resultado do esforço de um reduzido grupo de educadores da Faculdade de Filosofia.

As ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) resultaram em vários projetos remodelados ao longo dos anos a partir de revisões críticas dos professores e da demanda dos alunos. O projeto vigente hoje é o EJA Regular, iniciado no segundo semestre do ano de 2008. A EJA Regular oferta não somente o Ensino Médio, como também o Ensino Fundamental e a Alfabetização.

No nível da Alfabetização, os componentes curriculares foram desenvolvidos por uma pedagoga. Nas séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, os Componentes Curriculares foram criados a partir da intenção de promover a interdisciplinaridade entre as várias áreas do conhecimento. Assim, foram estruturados em blocos: Comunicação contém Língua Portuguesa, Literatura, Espanhol e Inglês; o de Ciências Exatas e da Natureza compreende Matemática, Química, Física e Biologia; o de Humanidades inclui História, Geografia, Filosofia e Sociologia; o de Expressão e Movimento engloba Teatro, Educação Musical, Educação Física e Cultura Digital.

Entre as disciplinas oferecidas para o Ensino Médio e os anos finais do Fundamental, há também o Projeto de Investigação (PI). É uma pesquisa que busca a Iniciação Científica dos alunos. Essa é uma disciplina obrigatória: todos devem estar inseridos em alguma pesquisa. No entanto, o educando tem total liberdade para escolher a temática que quer investigar. O professor que será seu orientador acompanhará sua elaboração durante todo o semestre.

Além das aulas, o CAp oferece oficinas no início de cada dia letivo, permitindo aos estudantes a inscrição de acordo com seus próprios interesses entre uma das quatro opções semanais (cada bloco disponibiliza uma oficina por semana) e têm como objetivo o desenvolvimento do pensamento crítico.

Segundo o Projeto da EJA do Colégio, essa modalidade tem entre os objetivos de ensino e de aprendizagem: proporcionar um processo de ensino/aprendizagem que capacite os educandos para dominar instrumentos da cultura letrada; promover a interdisciplinaridade e as relações entre o conhecimento escolar formal e as demandas sociais; oferecer formação crítica e social, visando à inserção cidadã ativa ao conhecimento de direitos e deveres e à valorização da democracia; oferecer e ampliar

repertórios sociais e culturais socialmente valorizados para além dos componentes curriculares formais; aumentar a autoestima, fortalecendo a confiança na capacidade de aprendizagem do estudante e respeitar diferenças de gênero, geração, raça e credo, fomentando atitudes de não-discriminação.

Esses propósitos são desenvolvidos no CAp em uma dupla dimensão: individual e coletiva. Ambas precisam ser levadas em conta para uma melhor formulação das práticas pedagógica em EJA, pois dizem respeito aos resultados políticos, sociais, econômicos e culturais produzidos, a longo prazo, pela Educação no país.

Aspectos legais e funções da Educação de Jovens e Adultos

Poliane Marques (2018) pesquisou história da EJA no Brasil e afirma que a legislação da Educação de Jovens e Adultos tem como referências os seguintes documentos:

a) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que assegura aos jovens e adultos o Direito Público Subjetivo ao Ensino Fundamental Público e Gratuito;

b) A LDBEN (BRASIL, 1996) que destaca a integração da EJA à Educação Básica - observada a sua especificidade. Garantiu a flexibilidade da organização do Ensino Básico, inclusive a aceleração de estudos e a avaliação de aprendizagens extraescolares. Entre outras, estabeleceu as idades de 14 e 17 anos para os Ensinos Fundamental e Médio, além disso, diminuiu as idades mínimas dos participantes dos Exames Supletivos (15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio);

c) O Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 - ambos do Conselho Nacional de Educação, instrumentos que apresentam o novo paradigma da EJA e sugerem: extinguir o uso da expressão Supletivo; restabelecer o limite etário para o ingresso na EJA (14 anos para o Ensino Fundamental e 17 anos para o Ensino Médio); atribuir à EJA as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora; promover a formação dos docentes e contextualizar currículos e metodologias, obedecendo aos princípios da Proporção, Equidade e Diferença.

Florestan Fernandes (1974) analisou a Educação e afirma que a escola foi construída como uma instituição elitizada e estática, uma instituição que não corresponde à realidade e às necessidades do Brasil e dos escolares brasileiros. Segundo ele, o sistema educacional é formado por constituições deficientes de ensino que precisam de mudanças complexas e efetivas. O não conhecimento da realidade social dos alunos contribui ainda mais para aprofundar as desigualdades sociais ao invés de combatê-las.

Assim, o ensino de Sociologia na Educação Básica era uma importante bandeira para Florestan, pois além de equiparar os licenciados de Ciências Sociais aos demais licenciados de outras áreas, absorvendo-os no sistema educacional, o ensino de Sociologia seria imprescindível para a formação intelectual, cidadã e responsável do indivíduo. Então, a educação é vista como mecanismo de transformação social e agente atenuadora das desigualdades sociais e a Sociologia torna-se um dos instrumentos de reflexão crítica sobre a sociedade, tornando o estudante capaz de compreender os problemas dela e principalmente, ser capaz de agir criticamente, fugindo do senso comum.

Assim, como propunha Mannheim (1972), as personalidades e modos de vida dos alunos devem ser construídos na escola com disposição a cooperar e respeitar o outro e, dessa forma, contribuir com a freada na competição intrínseca do capitalismo que, por sua vez, favorece as desigualdades sociais. Grande parte dos analfabetos do país se constitui de pessoas com mais idade, normalmente de regiões pobres e interioranas e provenientes dos grupos afro-brasileiros. Dado o contexto, fica ainda mais nítida a importância da luta por reconhecimento das contribuições da disciplina de Sociologia para a formação desses alunos como o desenvolvimento de habilidades capazes de permitir a compreensão de suas cidadanias e da complexidade social.

O ensino de Sociologia para a Educação de Jovens e Adultos é contemplado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 em seu artigo 37 que afirma, como já dito, que a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram, na idade apropriada, acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio e reestabelece um direito constitucional historicamente negado a esta população que apresenta uma diversidade cultural, política e social peculiar (BRASIL, 1996).

Mas é preciso se ter em conta que a EJA tem finalidades e funções específicas, uma vez que leitura e escrita são bens relevantes, de valor prático e simbólico. A falta de acesso a graus elevados de letramento é particularmente danoso para a conquista de uma cidadania plena. Assim, a EJA representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à alfabetização e à escolarização. A privação desses direitos significa também perder a prerrogativa de convivência social em uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada (BRASIL, 2000).

É preciso que o professor da EJA tenha claro que, segundo o parecer CNE/CEB 11/2000 relatado por Carlos Roberto Jamil Cury, as funções desse ensino são:

Reparadora - O acesso ao conhecimento sempre teve um papel significativo na estratificação social, ainda mais hoje quando novas exigências intelectuais vão se tornando exigências até mesmo para a vida cotidiana no Brasil. O caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, indígenas, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros que foram impedidos da plena cidadania, tem efeitos até hoje. Os descendentes destes grupos ainda sofrem as conseqüências desta realidade histórica. Fazer essa reparação é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade. Essa função reparadora significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração do direito negado a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Assim, possibilita a igualdade às pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. O ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. Então, a educação escolar possibilita um espaço democrático de conhecimento e de postura tendente a assinalar um projeto de sociedade menos desigual, já que é uma via de reconhecimento de si, da autoestima e do outro como igual. A igualdade e a liberdade tornam-se os pressupostos fundamentais do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de uma melhor redistribuição das riquezas entre os grupos sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam.

Equalizadora - A equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas. Neste sentido, os desfavorecidos frente ao acesso e permanência na escola devem receber proporcionalmente maiores oportunidades que os outros. Por esta função, o indivíduo que teve sustada sua formação, qualquer tenha sido a razão, busca restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade. Então, essa função vai dar cobertura a trabalhadores e outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser vista como uma reparação corretiva (e tardia) de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos uma nova oportunidade de equalização, novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Qualificadora - Mais do que uma função, este é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. É um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade. Assim, a EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos.

De acordo com essas funções, essa modalidade de ensino é uma conquista da igualdade de acesso a conhecimentos e oportunidades até então impedidos e obstaculizados. Segundo o mesmo parecer, os termos “jovens e adultos” indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, desenvolver conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito.

Assim, parece-me que é imprescindível o ensino da Sociologia na EJA para evidenciar aos alunos o potencial transformador da disciplina, as mudanças sociais e também porque essa modalidade de educação e a própria matéria visam, aparentemente, os mesmos objetivos: auxiliar na formação cidadã dos educandos disponibilizando conhecimentos e valores que lhes proporcionem a emancipação, a

afirmação de sua identidade e a compreensão do mundo em que vivem; além de desconstruir preconceitos e discriminações e oportunizar a preparação e qualificação para o mundo do trabalho.

O ensino de sociologia e ele no colégio de aplicação da UFRGS

Segundo a Base Nacional Comum Curricular, no Ensino Fundamental, o ensinamento de humanidades se concentra no processo de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em vários espaços e épocas históricas. Além disso, ao explorar variadas problemáticas próprias de Geografia e de História, prevê que os aprendizes examinem diversos conhecimentos próprios das Ciências Humanas: noções de temporalidade, espacialidade e diversidade (de gênero, religião, tradições étnicas etc.); discernimento sobre os modos de organizar a sociedade e sobre as relações de produção, trabalho e de poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo.

Para o Ensino Médio, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia –, é previsto que se proponha a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas até o 9º ano do Ensino Fundamental. Mas que aprendizagens seriam essas, se no Ensino Fundamental, como dito anteriormente, o ensino de Sociologia e Filosofia não são obrigatórios? Será que apenas Geografia e História dão conta do que a BNCC propõe como passível de aprofundamento?

Para além de aprofundar e compreender as temáticas e conceitos já supostamente vistos no Ensino Fundamental, no Médio há também o grande desafio de desenvolver a capacidade dos estudantes de estabelecer diálogos entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas, problematizar categorias, objetos e processos.

Muito embora haja vários referenciais normativos, o currículo de Sociologia, no Ensino Médio, encontra relativa liberdade de aplicação nas escolas. Não há um plano consagrado como básico e obrigatoriamente ministrado em todos os estabelecimentos escolares. Há uma multiplicidade de métodos e técnicas díspares

utilizados pelas Ciências Humanas. Segundo as Orientações Curriculares Nacionais - OCN's (2006), pode-se trabalhar com muitos temas e depende do interesse do professor, dos alunos e também da própria escola. Mas, se a Sociologia não chegou a um conjunto mínimo de conteúdos sobre os quais haja unanimidade, ao se tratar do Ensino Fundamental ainda há menos referências, não há orientações para lecionar a disciplina tendo em vista que ela é obrigatória apenas no Ensino Médio.

No nível médio, pelo menos três tipos de recortes são reiterados como pontos de partida nas propostas construídas para o ensino de Sociologia e encontráveis nos parâmetros curriculares oficiais: conceitos, temas e teorias. A tendência é os professores, os livros e as propostas apresentarem esses recortes separadamente quando não optam por trabalhar somente com um deles. Complementando os três recortes, mais um elemento deve ser acrescentado: a pesquisa, um componente muito importante na relação dos alunos com o meio em que vivem e com a disciplina ensinada. A pesquisa no CAP tem grande importância, chamados de Projeto de Investigação. Como dito antes, tem o intuito de aproximar o aluno da pesquisa científica.

Os desafios mais importantes na efetivação da EJA estão na rigidez e homogeneidade da oferta escolar nos diferentes níveis educativos. Por isso, a escola encontra na EJA dificuldades de manutenção de uma proposta pedagógica condizente com seu público. Sem a construção de um campo de formação específico é difícil ter critérios para o ensino nessa modalidade. Criam-se muitos documentos, mas a prática pouco transforma a realidade (STRECK; PITANO; MORETTI; SANTOS; LEMES; PAULO, 2014). Nesse contexto, também se torna importante a disciplina Sociologia, uma vez que o currículo menos rígido pode dar espaço para uma Educação mais horizontal, onde a participação e as vivências dos estudantes sejam levadas em consideração para, democraticamente, desenvolver uma consciência crítica naqueles que estão envolvidos nas práticas educativas (educandos, educadores ou comunidade escolar).

Segundo Florestan Fernandes (1974), há um papel para o professor de Sociologia, dentro da sala de aula, que é ser crítico e militante. E, dessa forma, encarar a Educação como um objeto de pesquisa e de análise crítica, um campo de intervenção prática.

Assim, o professor de Sociologia contribui para viabilizar a participação democrática das camadas mais pobres no desenvolvimento social. O desafio do docente de Sociologia na conjuntura atual e perante a complexidade da sociedade é grande. Ele trabalha justamente para conscientizar o aluno sobre a sua criticidade e sua condição de cidadão brasileiro cercado por normas e leis e que deve assumir responsabilidades nas instituições em que está inserido.

No Colégio de Aplicação, a Sociologia está presente na grade curricular da EJA desde a sua implementação no ano 2000, muito antes da obrigatoriedade do retorno da disciplina para os currículos escolares, o que denota a relevância da matéria para a formação de jovens e adultos (BENVENUTI, 2011). Segundo o programa de estudos do CAP, a área de Sociologia compõe o Bloco de Ciências Humanas juntamente com a Filosofia, a Geografia e a História. Nessa organização curricular, as disciplinas estruturam-se a partir de eixos temáticos norteadores e objetivos compartilhados. Os horários do Bloco de Humanas são variáveis. A EJA do Ensino Fundamental (anos finais), normalmente, tem aulas de Sociologia quinzenalmente, mas conta com mais de um período (45 minutos) no dia selecionado.

Mas, o lugar da Sociologia não se restringe aos períodos de aulas específicos da disciplina, ela tem outras entradas no currículo da EJA: nas disciplinas eletivas, nas oficinas e nos Projetos de Investigação. Em entrevista¹, a professora explica:

Aqui no Colégio de Aplicação tem a disciplina propriamente dita, com encontros semanais, ela tá num bloco que se chama Ciências Humanas junto com História, Filosofia, Geografia, buscando fazer atividades integradas. Tem a presença nas eletivas que também são interdisciplinares. A gente escolhe certas temáticas e mistura alunos do médio e do fundamental pra quebrar com essa ideia de seriação, porque eles são todos adultos com suas vivências e suas opiniões, não precisa de um pré-requisito, eu acho que isso é um ganho da Sociologia, diferente das outras áreas de conhecimento. A matemática precisa de muito pré-requisito, a Sociologia é tu conseguir entrar com temáticas, trazer uma temática que seja interessante e consiga envolvê-los, aí não importa se tu tá com 20 ou 60 anos, tu vai ser atingido! (...). A gente escolhe alguns assuntos, faz uma discussão do assunto em si... de dados, e depois eles geram uma intervenção no colégio. Tem a Iniciação Científica que a gente chama Projetos de Investigação e como que a Sociologia entra? Tem assuntos que são mais próximos das Ciências Humanas, então eu consigo entrar com sugestões de textos, sugestões de metodologias. Eu gosto de provocar que eles façam entrevistas, observações que não fiquem só no livro... muitos

¹ A entrevista na íntegra está disponível no anexo 1.

só na internet pegando uma, duas reportagens e acabou, não! Isso é o início da coisa, isso é exploratório, mas que eles consigam ir além. E têm as próprias oficinas, que é esse período inicial... hora sozinha, hora com outra disciplina que tenta fazer esse momento de acolhida e já conseguindo discutir alguns assuntos com eles. Então, hoje em dia, se tu for pensar, a Sociologia são quatro entradas semanais, então pra algumas instituições que só tem um período, eu pelo menos tenho... dá pra dar em uma semana 15 períodos, e às vezes com o mesmo aluno tu fica dez períodos (KatiuciPavei, professora titular de Sociologia da EJA do CAP).

A área específica de Sociologia interpela e analisa relações, fenômenos e processos que configuram as sociedades, a partir de teorias e conceitos das Ciências Sociais. A finalidade deste componente curricular é possibilitar ao aluno a compreensão do mundo social contemporâneo, através de uma análise reflexiva e de uma visão não estática da vida social, da realidade cotidiana e das relações sociais que a configuram, potencializando intervenções em seu cotidiano. Segundo o Plano de Ensino de Sociologia do CAP:

Alguns dos pressupostos contidos nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN's) para o ensino de Sociologia perpassam a construção das temáticas curriculares no que diz respeito à contribuição da disciplina ao Ensino Médio: o estranhamento e a desnaturalização dos fenômenos sociais, ou seja, a reflexão sobre a experiência prática da vida cotidiana e sua aparente naturalidade. Através da articulação entre temas, conceitos e teorias próprias da Sociologia é possível oferecer ao aluno/cidadão um conjunto de ferramentas que lhe possibilite analisar e intervir nos processos sociais de seu dia-a-dia. (Plano de Ensino de Sociologia do Colégio de Aplicação, 2011).

O currículo do CAP previsto para a ensino de Sociologia no Ensino Fundamental, levando conta que no EJA contempla um ano por semestre, segundo a professora titular da disciplina: na turma F3 (6º ano) e F4 (7º ano) o objetivo é focar no desenvolvimento de habilidades do pensar sociológico, sobre como a Sociologia vê o mundo, com ênfase na percepção da diversidade cultural, na relativização/estranhamento da realidade e na introdução ao tema do etnocentrismo. As atividades dos níveis F3 e F4 estão centralizadas na leitura e interpretação textual e de fontes visuais.

Na turma de F5 (8º ano) e F6 (9º ano), o conteúdo dá ênfase ao desenvolvimento de habilidades relacionado à produção de materiais pelos estudantes.

São temáticas principais: conflitos sociais, transformações sociais, situações de desigualdade e violência, proposição de resoluções e mudanças, identidades e movimentos sociais. Ao juntar as duas turmas, eu e meu colega tentamos conciliar as habilidades previstas e mesclar os conteúdos, dando prioridade para as temáticas esperadas para as turmas finais.

Servem de orientação aos educadores da EJA no CAP/UFRGS como diretrizes curriculares básicas, entre outros pontos, o respeito à individualidade do aluno, levando em consideração seu ritmo próprio de aprendizagem; um programa de ensino organizado em etapas de complexidade crescente; a valorização da convivência dos estudantes entre si e da comunidade em geral; a valorização dos saberes e de experiências de vida trazidas pelos alunos e professores no processo de construção escolar.

Quanto às metodologias, o Plano de Ensino de Sociologia do Colégio de Aplicação prevê o que é sugerido nas ONC's: aulas expositivas; seminário; excursões, visita a museus, parques ecológicos; leitura e análise de textos; cinema, vídeo ou DVD e TV; fotografias; charges, cartuns e tiras e experiências de pesquisa social sobre o cotidiano. As metodologias são todas possíveis no colégio, uma vez que conta com uma ótima infraestrutura com laboratórios de informática, acesso à internet, salas de aula com computadores, projetores e telas para a projeção, auditório, fotocopiadoras e livros didáticos.

O Projeto da EJA/CAP tem como princípio um sistema de avaliação cumulativo, continuado e de caráter processual, considerando o que o educando sabe e as aprendizagens adquiridas individualmente no decorrer do semestre. Nesse sentido, alunos e professores são considerados atuantes no processo de avaliação do ensino e de aprendizagem. Segundo o documento do colégio que trata dos componentes curriculares da disciplina de Sociologia, deve-se observar se o aluno passou por um processo de aprendizagens significativas, desenvolvendo uma percepção diferente da realidade social e sobre si mesmo, que lhe permita agir com maior autonomia e, principalmente, nortear-se pela ética em suas ações.

Mas a área de Sociologia não se organiza isoladamente. Como já dito, ela faz parte do bloco de conhecimento Ciências Humanas. Esse módulo busca compartilhar conhecimentos, objetivos e eixos temáticos norteadores para realizar atividades

interdisciplinares de forma integrada, tanto na execução de aulas, como no que tange às avaliações e conceitos finais dos estudantes (PAVEI, 2019).

Interesse dos alunos do CAP pela Sociologia

No estágio no Colégio de Aplicação da UFRGS, realizado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos anos finais do Ensino Fundamental, os alunos estavam em número pequeno, mas eram muito envolvidos com e pela matéria. Os educandos eram visivelmente participativos, traziam muitos relatos de suas próprias experiências que eram compartilhadas de acordo com a temática da aula. Essa minha percepção vai ao encontro do depoimento dado para mim pela professora titular do Colégio :

Se for lançar a questão “O que é Sociologia?” é algo mais difícil porque a grande maioria nunca teve contato, mas as discussões que a disciplina provoca eu vejo um grande interesse, porque realmente vai tá trabalhando o cotidiano, coisas que lhe afetam, coisas que aparentemente eles nem tinham se dado conta que os constitui, das relações sociais que se estabelecem... então, eu sempre vi envolvimento dos alunos assim... em nenhum momento eu senti descaso ou desrespeito. Eu percebo que, de fato, eles acabam se envolvendo e despertando outras posturas e outros olhares que eu acho bem interessante, que eu acho que é uma das questões que a disciplina se põe a fazer na instituição escolar, não necessariamente fazer as pessoas mudarem, mas pelo menos provocar algumas reflexões, algumas desconfortos, lançar porquês... Como? Onde? E por aí vai... Fazer a ponte, né? Respeitar o senso comum porque é de onde se parte, porque se tu for acadêmico tu elimina isso é uma falta de respeito com eles e não vai desenvolver um projeto que dê sentido pra o que eles tão fazendo... mas, ao mesmo tempo, não fica só nisso ali, mais do mesmo também não adianta, não consegue romper barreira nenhuma, nem de reflexão, nem de ação. Às vezes a gente não consegue quebrar o senso comum, mas a gente consegue provocar coisas...claro, não são todos que trazem, mas os que trazem ali e se colocam a narrar acho que é muito importante porque é o que vai alimentando, né?! É o que vai dando força pra continuar... (KatiuciPavei, professora titular de Sociologia da EJA do CAP).

De fato, a angústia que afeta diversos professores da área da Sociologia está relacionada ao fato de que a maioria dos jovens que assiste a disciplina nos mais diferentes colégios do país continua a não demonstrar muito interesse por ela, mas, em

contrapartida, estão interessados em assuntos e acontecimentos que envolvem o mundo em que vivem (TOMAZI; LOPES JÚNIOR, 2004). Ao que tudo indica, o desinteresse vem do fato que há uma inadequação de conteúdo (currículo), desconectado das curiosidades e realidades dos estudantes.

Apliquei nove questionários aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da EJA do Colégio de Aplicação com perguntas objetivas e dissertativas. O questionário era anônimo e, posteriormente, pedi para assinarem um Termo de Consentimento de Participação na Pesquisa. Era uma turma composta majoritariamente por jovens (18-29 anos) e adultos (30-59 anos), contando com apenas um idoso (mais de 60). Faziam parte deste grupo, formado por estudantes de 6º, 7º, 8º e 9º ano, um estudante que ficou 40 anos afastado da escola e outro aluno distanciado apenas um ano. A média entre esses alunos era de 17 anos longe dos bancos escolares.

Todos responderam “sim” à pergunta “Você acha importante ter Sociologia nos currículos escolares?” e a maioria considerou que a Sociologia colabora muito em ter visão crítica (apenas um respondeu que não colabora); cidadania (dois responderam que colabora razoavelmente) e respeito às diferenças (somente um respondeu que colabora razoavelmente).

Quanto à pergunta “Para você, qual a importância da Sociologia na sua formação?” surgiram respostas como: “É importante pra mim, pois muita coisa aprendina Sociologia que não sabia”; “a cada pesquisa faz que a gente saiba mais do assunto”; “para aprender mais sobre meus direitos, entender e respeitar o próximo, saber mais sobre direitos humanos”; “porque conseguimos ver um mundo em nossa volta de um jeito diferente”; “me mostrou a sociedade como um todo e fez com que eu me visse dentro dela”; “são temas “super” importantes para o nosso dia-a-dia”; “ajuda a socializarmos respeitando as diferenças; importante para a orientação das pessoas”.

Nessas respostas, foi notável também que era a primeira aproximação desses estudantes com a matéria. Percebe-se como a Sociologia permite uma visão de mundo mais ampla e o envolvimento deles se deu pelas temáticas da disciplina: conscientizá-los e ajudá-los a se enxergar dentro da sociedade como ativos e sociais nas transformações dela. Ou seja, com a matéria esses alunos se perceberam como sujeitos pertencentes a um mundo social que constrói cada indivíduo socialmente e, ao mesmo

tempo, é construído por eles. Dessa forma, ficam mais claras as regras do jogo e as possibilidades sociais as quais estão inseridos.

Isso também aparece na entrevista com a professora. Respondendo à pergunta “Para você, qual a importância do Ensino de Sociologia na EJA?”, ela afirmou:

Justamente na compreensão que somos todos sujeitos sociais e culturais, eu considero que aquilo que se coloca ao pensar o sujeito da EJA, aquela pessoa que retornou pros bancos escolares pra tentar fazer alguns resgates de coisas que, infelizmente, por algum momento ele teve que parar, eu acho que... eu pelo menos, né... eu acho importante ter Sociologia na EJA (...) e acho que algumas habilidades, formas de pensar, ler o mundo e agir nele.. eu acho que a Sociologia pode contribuir, algumas discussões específicas com algumas temáticas realmente muito próximas a realidades deles seja violência, mundo do trabalho, questões de gênero, Educação e por aí vai (...) mostrando que as coisas nem sempre foram de um jeito, portanto a possibilidade de mudança é contínua... porque acaba tendo o discurso muito fatalista de achar que não tem como mudar nada e só tem que se adaptar ao que se tem na vida e não é bem assim. Eu acredito que a Sociologia ela se coloca como realmente um meio no qual, entre a mediação entre professores e alunos, se possa vir a aprender mais sobre si, e essas realidades, relações e outras coisas que vão configurando o social. (KatiuciPavei, professora titular de Sociologia da EJA do CAP).

Na pergunta aos alunos “Que relação você estabelece entre a disciplina de Sociologia e o seu cotidiano?”, a grande maioria das respostas versou sobre as relações pessoais e o respeito ao próximo. Ao lecionarmos sobre culturas, socialização e desigualdades sociais evidenciamos o etnocentrismo e, como sempre, temos a tendência de pensar a partir de nossa visão de mundo, mas que essa está passível de equívocos que desencadeiam preconceitos. Assim, conforme as respostas, acredito que a Sociologia colaborou com uma visão mais tolerante desses estudantes e na compreensão de que vivemos em uma sociedade com uma cultura própria, com teias de relações sociais e cercados de jogos de poder.

A professora KatiuciPavei tem a mesma impressão, segundo a sua declaração:

Eu acho que, a partir do momento que a pessoa traz uma narrativa que ela começou a mudar algumas questões na vida dela, eu acho que a Sociologia ajuda, quando estudantes começam a identificar questões do seu cotidiano, do seu dia-a-dia que eles achavam que era natural e perceberam que aquilo era aprendido e perpassado pelas relações de poder, quando eu vejo que eles começam a debater e tentar achar explicações de coisas que era muito próximas a suas realidades, por exemplo: porque a taxa de desemprego é tão alta, porque tem tanta desigualdade nesse país... quando eles estão buscando analisar

possibilidades que não seja pra uma mudança imediata, mas de resistência, eu acredito que isso também colabora. Ou seja: eu não vejo os alunos entrando e saindo da mesma forma, até mesmo quando se fala de uma questão bem específica de autoestima. (KatiuciPavei, professora titular de Sociologia da EJA do CAP).

Foi interessante o retorno das questões “Quais os temas que a Sociologia poderia abordar no seu entender? Você tem sugestões de temas para melhorar a disciplina?”. Aqui, de fato, é perceptível como a abrangência de temáticas da Sociologia é muito ampla e variada. Os interpelados responderam com os seguintes assuntos: países ricos e seus patrimônios; direitos trabalhistas – principalmente a área doméstica; penas para menores infratores; os menos favorecidos; cultura afro; relações públicas; ética e cidadania; questões espirituais. Cabe lembrar que os temas eram de sugestão livre e nenhum deles pediu “ajuda” ou perguntou o quê a Sociologia aborda.

Para a indagação “Caso você tivesse que aconselhar a disciplina de Sociologia, o que você diria?”, as respostas foram: “Nos ajuda a viver melhor em sociedade e de modo mais organizado e com mais respeito”; “aprofunda seu modo de pensar e ver as coisas ao seu redor”; “matéria importante, pois aborda temas muito relevantes do cotidiano como política, preconceito, racismo, cultura”; “para saber nossos direitos em todos os aspectos”; “deveria começar mais cedo nas escolas, o que aprendemos quando crianças levamos para vida toda”.

Entre as argumentações também surgiram as seguintes frases: “Me mostrou que eu posso ir adiante porque não estou sozinha; eu tenho capacidade de ir mais além do que aquilo que planejei”. Acredito que, não exclusivamente só essa disciplina, mas a Sociologia também colabora com a melhora da autoestima e para um projeto de futuro dos alunos. A professora Katiuci também afirmou:

Alguns, às vezes, chegam/retornam com muita vergonha de si e de sua trajetória de vida porque alguma coisa os fez ter que sair, ou seja, eles não têm mais 12/13 anos, mas estão em séries... a distorção série/idade, como se diz... era pra ter, então tem aluno que tá com 40 anos fazendo como se fosse a sexta série, quando uma criança de 11 anos estaria fazendo isso. E vendo que, conforme o movimento que tu vai trabalhando, as pessoas vão se sentindo cada vez mais autoconfiantes de seguir e daqui ser entendido como sendo só mais um passo. Muito retornam ao banco escolar querendo somente o diploma, outros não... “se eu tô podendo fazer isso porque eu não posso fazer algo depois?”, então a gente tá procurando cursos técnicos, procurando faculdades e tudo mais... porque é isso no nosso país, curso superior não garante emprego? Não garante! Mas garante

muito mais do que quem não tem essa qualificação e diferença salarial é muito alta, de quem não tem essa formação pra quem tem. Então, eu acredito que, de certa forma, é nosso movimento colaborando com a formação deles, não é coisa exclusiva nossa, porém eu acho que são forças que convergem pra uma coisa melhor. (KatiuciPavei, professora titular de Sociologia da EJA do CAP).

Há outros relatos que informam: “As aulas de Sociologia são ótimas; tá perfeito, não tenho do que reclamar; discutimos sobre todos os assuntos que eu considero importante; tudo que eu aprendi até aqui foi sensacional pro meu aprendizado escolar e pra vida; é uma das matérias que eu mais gosto de estudar, que aprofundo o meu modo de pensar e ver as coisas ao meu redor”. Assim, baseada nas respostas dos questionários, na entrevista com a professora titular do Colégio e na minha vivência em sala de aula, pude perceber que os alunos do CAP se interessam bastante pela disciplina e gostam ainda mais quando promovemos debate. Sempre são atentos e participativos, querendo contribuir com a discussão.

Nas atividades sugeridas, todos mostraram empenho e dedicação. As realizadas em grupos geravam discussão e sempre uma produção pertinente. Ao propomos uma avaliação escrita individual composta de cinco questões sobre movimentos sociais, movimento feminista e movimento negro e pedimos que respondessem apenas três – devido ao curto espaço de tempo que tínhamos – muitos responderam todas as cinco perguntas. Ficou óbvio o envolvimento deles com as temáticas, o interesse a vontade de mostrar o que eles aprenderam.

Considerações finais

A Educação de Jovens e Adultos vem buscando uma identidade própria, procurando preservar seus aspectos históricos e funções e, também, buscando inovações que a distinguem da Educação Básica no geral. A EJA está diretamente relacionada à classe popular, ou seja, aos excluídos do direito ao acesso à escolarização.

Muito há que se avançar com relação ao ensino da EJA, vista ainda às margens das políticas educacionais no país que não investe na continuidade da oferta de estudos e na permanência do aluno na escola e ao ensino da disciplina de Sociologia, não sendo prioridade sua efetiva implementação no Ensino Fundamental e nem sua continuidade no currículo do Ensino Médio. Mas, em contrapartida, a EJA do CAP/UFRGS vem

desenvolvendo um currículo que propõe efetivar o compromisso dos colégios de aplicação: oferecer um ensino de qualidade na Educação Básica, em prol da formação de Jovens e Adultos para o exercício da cidadania (PAVEI, 2019) .

Para mim, ficou claro que o caminho é aproximar o conteúdo de Sociologia da realidade dos alunos, considerando o conhecimento que esses estudantes já trazem consigo e, assim, considerar propostas a partir de suas vivências socioculturais e cotidianas. Os jovens e adultos que retornam à escola e buscam novamente a escolarização não podem ser pensados só como detentores de conhecimentos que devem ser resgatados pelos professores, mas sim como sujeitos que já construíram uma identidade e uma história de vida.

Então, a formação do currículo deve, para isso, tomar diferentes perspectivas ao considerar as competências e vivências anteriormente formadas pelos alunos e adaptar-se às suas condições para que, desta forma, o conteúdo desperte estímulos e promova a transformação. O professor também precisa levar em conta a diversa gama de características distintas dos alunos, a diversidade presente na sala de aula e respeitar a individualidade de cada um. O multiculturalismo parece, então, ser a ferramenta para uma educação mais igualitária uma vez que trata da concepção segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos que o apreendem segundo pontos de vista distintos; a própria Cultura é um ponto de percepção.

Referências

- ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; DE OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo. A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: COM A PALAVRA OS ESTUDANTES. Teoria e Cultura. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 12 n. 1 jan. a junho. 2017 ISSN 2318-101x (on-line) ISSN 1809-5968.
- BASTOS, Deise Luana Rosa; SANTOS, Géverton Bittencourt dos; IRRIBAREM, Joice Balbuena; SANTOS, Maria Gonçalves dos Santos. Capítulo 1: UMA LUTA HISTÓRICA. In: BENVENUTI, Juçara. A chave para o futuro. Porto Alegre -- 2016.
- BENVENUTI, Juçara. Letramento, Leitura E Literatura No Ensino Médio Da Modalidade De Educação De Jovens E Adultos: Uma Proposta Curricular. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada. Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
- BRASIL, Ministério Da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN + Ensino Médio – Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>.
- BRASIL, Ministério Da Educação. Parâmetros Curriculares do Ensino Médio em Debate - Sociologia. 2004. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seb/pdf/13Sociologia.pdf>>.

- BRASIL, Ministério Da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias. Vol. 3. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>.
- BRASIL. Lei nº 11.684 de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da lei nº 9.394. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em: 01 de outubro de 2019.
- BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Parâmetros Curriculares nacionais: Ensino Médio. Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: SEMTEC/MEC, 1998. Versão de 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>>.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5.ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.
- CALDEIRA, Fernanda. Experiência de Projetos do EJA em países pioneiros, 2008. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/experiencias-de-projetos-do-eja-em-paises-pioneiros>; Acessado 21 de Novembro de 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB nº 1 de 2000a. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000b.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB n. 11/2000. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/arquivos-agosto-2008/diretorF_parecer11_2000_resolucao1_00.pdf > Acesso em: 09 de setembro de 2019.
- DE ALMEIDA, Adriana, CORSO, Angela Maria. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. In: EDUCERE, XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015.
- DE OLIVEIRA MARQUES, Poliane. História da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil: breves reflexões. João Pessoa: UFPB, 2018.
- DI PIERRO, Maria Clara. Educação De Jovens E Adultos Na América Latina E Caribe: Trajetória Recente. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008
- DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Olando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões Da Educação De Jovens E Adultos No Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001
- FERNANDES, Florestan. O dilema educacional brasileiro. In: M.e PEREIRA, L. Educação e Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 414-441
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso Pesquisa etnográfica e educação. In: XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998.
- FREIRE, Paulo. (1994). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (orgs.). Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2011.
- GIL, Carmem Zeli Vargas; SEFFNER, Fernando. Dois Monólogos Não Fazem um Diálogo: jovens e ensino médio. Educação & Realidade, vol.41, n.1, pp.175-192, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1994
- HADDAD, Sérgio. Relatório preliminar de pesquisa: a situação da educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Mimeo, 2006
- MANNHEIM, Karl; STEWART, W.A.C. Introdução à Sociologia da Educação. SP: Cultrix, 1972.
- PAVEI, Katiuci. Múltiplos lugares da Sociologia na Educação de Jovens e Adultos: Relato de experiência do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In:

BODART, Cristiano das Neves (org.). O Ensino de Sociologia no Brasil. Maceió: Café com Sociologia, 2019

PAVEI, Katiuci; MELLO, Pedro Dionizio. Discutindo desigualdades de gênero no mercado de trabalho em uma turma de EJA. Revista Café com Sociologia. V.7. N. 3, Ago. Dez. 2018. P.10-16.

STRECK, Danilo; PITANO, Sandro de Castro; MORETTI, Cheron Zanini; SANTOS; Karine; LEMES Marilene; PAULO, Fernanda dos Santos; PIMENTA, Selma Garrido (coord.). Educação Popular e Docência. São Paulo: Cortez, 2014.

TOMAZI, Nelson; LOPES JÚNIOR, Edmilson. Uma angústia e duas reflexões. In: CARVALHO, L.M.G.de (Org.) Sociologia e ensino em debate: experiências e discussões de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Unijuí, 2004. p. 61-75.

YIN, Robert k. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005